

Reflexões bibliográficas para elaboração de pesquisa diagnóstico de processos e práticas comunicacionais em Conselhos Municipais de Saúde no Amazonas¹

João Pedro Souza de Oliveira²
Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Esta pesquisa em andamento busca atuar junto aos Conselhos Municipais de Saúde do Amazonas, espaços que permitem a participação da sociedade civil organizada na gestão da saúde e no exercício da cidadania. Neste processo, apresenta-se uma breve reflexão com bases bibliográficas para subsidiar a execução da pesquisa diagnóstico que avaliem os processos e fluxos comunicacionais utilizados por esses conselhos para alcançar seus objetivos. Partindo do pressuposto de que a comunicação é fundamental para a efetividade da participação popular e para a implementação de políticas públicas. Espera-se que os resultados identifiquem possibilidades de intervenção que, se consolidadas, gerem benefícios tanto para a população quanto para os serviços locais de saúde.

Palavras-chave: Conselhos de Saúde; Comunicação; Pesquisa; Participação Social; Informação;

CORPO DO TEXTO

Esta pesquisa reside na contribuição para o aprimoramento da compreensão e das estratégias de comunicação dos Conselhos Municipais de Saúde, em territórios de campos, florestas e águas, especificamente no Amazonas. Ao compreender as dinâmicas comunicacionais desses espaços, será possível fortalecer a participação social, propondo intervenções que reafirmem o caráter deliberativo dos conselhos e consolidando o papel fundamental do controle social no Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, este projeto conta com estágios de revisão bibliográfica, compreensão do campo de investigação e visa ser um instrumento para o fortalecimento da democracia participativa no âmbito da saúde pública.

Este resumo expandido apresenta o recorte a partir do primeiro estágio da pesquisa, a revisão bibliográfica, entendendo que este processo busca inserir os Conselhos Municipais de Saúde e a sua atuação estratégica como forma de discussão dos acessos à saúde, redução de desigualdades e fomento de políticas públicas. Considerando

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Natureza da Amazônia, evento integrante da programação do 22º Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte, realizado de 28 a 30 de maio de 2025.

² Graduado em Comunicação Social - Relações Públicas (UFAM), mestrando no Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (PPGICS/ICICT/FIOCRUZ)

que a participação social é pilar estruturante da democratização da gestão do Sistema Único de Saúde, está amparado pela Constituição Federal de 1988, que se executa a partir de espaços como os Conselhos de Saúde e das Conferências de Saúde.

No que se refere ao público da pesquisa e à territorialidade, considera-se “o princípio da equidade que deve orientar as políticas de saúde, reconhecendo as demandas e necessidades singulares de determinados grupos populacionais, de forma a reduzir suas vulnerabilidades e minimizar os impactos da determinação social da saúde” (Pessoa et al., 2018, p. 304). Neste estudo, adota-se como referência a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA), que contempla diretamente os desafios vivenciados pelas populações amazônicas, localizadas em contextos de grande complexidade geográfica, social e de acesso aos serviços de saúde.

O caráter exploratório busca identificar, de forma detalhada, os desafios e as oportunidades específicas que os Conselhos Municipais de Saúde enfrentam no Amazonas em relação à comunicação pública e popular em saúde. Isso inclui conhecer realidades regionais dos Conselhos e relacionar à infraestrutura, recursos humanos, conhecimento técnico, entre outros.

A leitura motivadora e metodológica é a pesquisa “Políticas e práticas de comunicação no SUS: mapeamento, diagnóstico e práticas” (2009) e leituras correlatas, como o artigo “A comunicação no Sistema Único de Saúde: Cenários e Tendências” (2007), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) e do Laboratório de Pesquisa em Comunicação em Saúde (LACES).

A pesquisa da Fiocruz mapeou as políticas e práticas em diversas instituições do país — municipais, estaduais ou federais —, bem como ligadas à gestão pública, ao controle social e até à iniciativa privada (Araújo; Cardoso; Murtinho, 2009). Dentre outros pontos, o estudo chegou à conclusão de que os setores de comunicação possuíam estruturas frágeis, com vinculação às determinações político-administrativas e funcionavam como um espaço para pedidos pontuais, com centralização das decisões sobre a comunicação.

Para além de críticas, Araújo, Cardoso e Murtinho (2009) apontaram algumas tendências para a comunicação no Sistema Único de Saúde, como a diversidade de perfis nas equipes de comunicação, expansão do uso de tecnologias de informação e

comunicação, com destaque para a internet e ferramentas digitais, e presença de novas vozes ou de vozes mais amplificadas.

Compreender a dimensão de importância do fortalecimento da comunicação nesse aspecto do controle social se dá pela historicidade do pilar social. “A participação da sociedade no setor saúde passou, ao longo dos anos, por processos de mudanças que resultaram em um sistema de Controle Social cada vez mais qualificado, deliberativo, independente e representativo. A democratização das políticas de saúde é um dos avanços viabilizados pela existência do Controle Social.” (Pigatto, 2022, p. 07).

Dessa forma, complementa-se com a ideia de que, nesses espaços democráticos, os conselhos contribuem para a formulação e responsabilidades de políticas públicas. “Uma boa política pública é aquela que corresponde a um conjunto de ações do Estado para cumprir um objetivo, com a participação da comunidade e do setor privado. As políticas públicas de excelência permitem um amplo processo de participação da sociedade através de discussão política para a superação da desigualdade.” (Gonçalves; Miranda, 2019, p. 103).

A ampliação da saúde como direito, principalmente em territórios de vulnerabilidade social, está descrita na Política Nacional de Saúde Integral das Populações dos Campos, Florestas e Águas (PNSIPCFA).

“A PNSIPCFA expressa o compromisso político do Estado brasileiro de garantir o direito e o acesso à saúde, por meio do SUS, e traduz o desafio dessa garantia. Contempla o atual momento de desenvolvimento do campo, de forma a incluir as peculiaridades e especificidades das demandas e necessidades em saúde, voltadas para a melhoria das condições sanitárias desses grupos populacionais.” (Rangel, 2015)

Ampliar os estudos em comunicação como forma de emancipação popular e fortalecimento das estratégias de comunicação nos Conselhos Municipais de Saúde não apenas melhora a transparência, mas também capacita os cidadãos a participarem ativamente da gestão de suas comunidades, promovendo um sentido de pertencimento e responsabilidade coletiva.

A comunicação assume um papel crucial para a efetividade de suas atividades. “As organizações, portanto, no ato de comunicar, têm de levar mais esta variável em

conta. Precisam sobreviver em meio a mudanças sociais, adaptar-se a transformações tecnológicas, que lhes impõem o desafio de fazer novas ligações com a realidade.” (Martins; Ruão; Duarte, 2020).

Considerações

Considera-se que a Região Norte é única em muitos aspectos, como sua geografia, população e desafios de saúde. Esta reflexão bibliográfica buscou entender as necessidades de comunicação, permitindo o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e direcionadas. Os resultados podem servir como base para o direcionamento de atividades de Conselheiros e Conselheiras de saúde em propor políticas públicas. Ao compreender as práticas atuais e os obstáculos enfrentados, é possível sugerir mudanças e melhorias que, ao final, beneficiem a população local.

Os Conselhos de Saúde são espaços instituídos de participação da comunidade nas políticas públicas e na administração da saúde, cuja atuação tem como foco a organização dos espaços de participação social, tendo como objetivo aproximar a comunidade da gestão dos serviços de saúde, do planejamento das atividades e do compromisso com a importância dos serviços públicos de saúde e do SUS.

Observar a padronização de problemas em determinados territórios, num cenário hipotético-dedutivo, leva-se a considerar que as questões de atuação dos Conselhos de Saúde não são problemas locais ou específicos. É preciso inseri-los como parte de um fator de determinação social. Direcionamos as pautas que se sequenciarão na continuidade destes estudos para a ampliação e a elaboração de diretrizes e propostas para a ampliação e o fortalecimento da participação social em territórios de populações dos campos, florestas e águas.

Considerando este conceito do papel da comunicação, conciliado com de Ruão (2016), no contexto de uma organização, desenvolver um processo através do qual os atores usam símbolos e produzem sentido para coordenar algumas atividades e o conhecimento coletivo é essencial.

Este recorte bibliográfico se propôs a situar a comunicação como uma estratégia para alcançar objetivos coletivos, por meio de propostas dialógicas, de acordo com as demandas entendidas no território do Conselho Municipal de Saúde.

Ao se analisar um problema de saúde e observar que a ocorrência desse problema é diferente em grupos e/ou populações distintas em relação às suas condições de vida e de trabalho, pode-se concluir que existem desigualdades sociais relacionadas a essas condições, que fazem com que determinados grupos sejam mais vulneráveis ao risco de adoecer que outros grupos e que existem desafios específicos para a região. Sendo assim, é importante conhecer, também, e considerar como essa instância de fiscalização e deliberação da saúde desenvolve suas atividades e como chegam ao usuário do Sistema Único de Saúde.

Descentralizar os estudos da comunicação e saúde e ampliar as perspectivas de atuação e práticas é necessário para garantir que atendam às demandas sociais, onde efetiva-se o princípio constitucional da equidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inesita Soares; CARDOSO, Janine Miranda; MURTINHO, Rodrigo. Políticas e Práticas de Comunicação no SUS: Mapeamento, Diagnóstico e Metodologia de Avaliação. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/ Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde/ Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde, 2009.

CARDOSO, Janine Miranda; ROCHA, Rogério Lannes. Interfaces e desafios comunicacionais do Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 1871-1880, 2018.

GONÇALVES, Rúben Miranda; DOMINGOS, Isabela Moreira. População ribeirinha no Amazonas e a desigualdade no acesso à saúde. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)*, São Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 99-108, jan./abr. 2019. DOI: 10.4013/rechtd.2019.111.06.

PESSOA, Vanira Matos; ALMEIDA, Magda Moura; CARNEIRO, Fernando Ferreira. Como garantir o direito à saúde para as populações do campo, da floresta e das águas no Brasil? *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, número especial 1, p. 302-314, set. 2018. DOI: 10.1590/0103-11042018S120.

PIGATTO, Fernando. Controle social na saúde, democracia, cidadania e lutas políticas e sociais. In: KUJAWA, Henrique Aniceto (org.). *Vozes, olhares e sentidos da participação social no SUS*. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida; Washington, D.C: OPAS, 2022. p. 7-9.

MARTINS, Moisés de Lemos; RUÃO, Teresa; DUARTE MELO, Ana Melo. Política de comunicação: para uma crítica das instituições. *Revista Comunicação e Sociedade*, Braga, v. 37, p. 27-48, 2020.

RANGEL, V. et al. Considerações para uma agenda estratégica de Saúde e Ambiente e Sustentabilidade: horizontes da Fiocruz para 2022. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria

de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Saúde e Ambiente para os Povos e Populações do Campo, da Floresta e das Águas. Brasília: MS, 2015.